

Extintas 8 estatais de uma só vez

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

As medidas de reajuste ao Plano Cruzado, decretadas na última sexta-feira, culminaram com a extinção de oito estatais — BNH, Coalbra, Alune, Conesg, CRN, Petrasa, Arsa e Alcalis do Rio Grande do Norte, as três últimas incorporadas à Petrobrás, Infraero e Companhia Nacional de Alcalis S.A., respectivamente — 40 comissões espalhadas por vários ministérios e pelo menos cinco mil escritórios de representação e departamentos similares. Estima-se que ao todo 40 mil funcionários serão demitidos com estas medidas.

Os decretos de extinção das empresas, órgãos e representações foram divulgados ontem pelo Diário Oficial da União. O decreto de extinção do BNH nada menciona sobre demissão de pessoal, limitando-se a transferir algumas das suas atribuições para a Caixa Econômica Federal (CEF). No caso da Coque e Alcool de Madeira S.A., Coalbra, sociedade de economia mista integrante da administração federal, criada em 1979, o decreto dispõe que só poderão ser mantidos os contratos de trabalho dos servidores que "forem estritamente necessários à liquidação", devendo os demais ter rescindidas as relações de trabalho, "com a imediata quitação dos seus direitos".

No caso da Companhia de Alumínio do Nordeste (Alune), da Companhia Nordestina de Serviços Gerais (Conesg) e da Companhia Rio Grandense de Nitrogenados (CRN), sociedades mercantis sob o controle direto da União, também serão rescindidos de imediato os contratos de trabalho dos empregados. Mas para os funcionários da Participação em Empreendimentos e Transportes S.A. (Petrasa), Aeroportos do Rio de Janeiro S.A. (Arsa) e Alcalis do Rio Grande do Norte S.A., os decretos estabelecem que o "poder Executivo" tome providências que viabilize a reabsorção, pelo mercado de trabalho, dos empregados dispensados.

O Ministério da Fazenda foi o que mais contribuiu com extinção de comissões. Nele, 24 comissões deixaram de existir, entre elas a Comissão de Programação Financeira (CPF), a Comissão de Fusão e Incorporação de empresas (Cofie), a Comissão Brasileira de Intercâmbio (CBI) e a Comissão de Reordenamento Financeiro do Governo Federal.

No Ministério da Educação ficam extintos o Conselho Nacional de Serviço Social, a Comissão Nacional de Moral e Civismo, a Coordenação de Ensino Agropecuário (Coagri), a Delegacia Regional do Distrito Federal, a Fundação Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para Formação Profissional (Cenafor) e o Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp).

No Ministério da Agricultura, desaparece a Comissão Central de Coordenação para erradicação da Peste Suína Africana e a Comissão técnica para racionalização do Sistema de Administração dos incentivos fiscais. No Ministério da Indústria e Comércio, fica extinta a Comissão Executiva do Sal. No Ministério das Minas e Energia, o Grupo executivo da Racionalização do Uso de Combustíveis.

Na Seplan, desaparecem a Comissão Seplan/Energia (CSE), a Comissão consultiva de Ciência e Tecnologia, a Comissão de Avaliação e Remunerações Indiretas da Administração Pública e a Comissão de avaliação dos Salários de Pessoal de Empresas Estatais em Serviço no Exterior.